

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	26
2.7 Destinação de resultados	27
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	29
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	30
2.10 Planos de negócios	31
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	36
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	37
5.2 Descrição dos controles internos	42
5.3 Programa de integridade	46
5.4 Alterações significativas	51
5.5 Outras informações relevantes	52

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam, nesta Seção 2 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia tem como atividade principal a gestão de portfólio de investimentos, com o objetivo de desenvolver um mercado de gás e energia cada vez mais amplo, transparente e competitivo no Brasil. Por meio de suas subsidiárias, a Companhia tem como atividades (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta o resumo das participações detidas por nós:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
Empresas	% de participação no capital votante	Método de Avaliação
Participações diretas em subsidiárias		
Companhia de Gás de São Paulo S.A. – Comgás	99,14	Consolidação
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100	Consolidação
Rota 4 Participações S.A.	100	Consolidação
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	100	Consolidação
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	100	Consolidação
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	100	Consolidação
Compass Comercialização S.A.	100	Consolidação
Compass Um Participações S.A.	100	Consolidação
Commit Gás e Energia S.A.	51	Consolidação
Norgás S.A.	51	Consolidação
Edge International SA In Gründung	100	Consolidação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Participação da Compass Comercialização S.A. em suas subsidiárias		
Biometano Verde Paulínia S.A	51	Consolidação
Ute Porto de Suape LTDA	100	Consolidação

Participação da Compass Um Participações S.A. em sua subsidiária		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51	Consolidação

Participação da Commit Gás e Energia S.A. em suas subsidiárias e associadas		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	49	Consolidação
Necta Gás Natural S.A.	100	Consolidação
CEG Rio S.A.	37,41	Equivalência Patrimonial
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,5	Equivalência Patrimonial
Companha de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49	Equivalência Patrimonial
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41	Equivalência Patrimonial

Participação da Norgás Gás S.A. em suas associadas		
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	29,44	Equivalência Patrimonial
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	29,44	Equivalência Patrimonial
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS ²	83	Equivalência Patrimonial
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	41,5	Equivalência Patrimonial
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	41,5	Equivalência Patrimonial

A Companhia entende que suas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos 12 (doze) meses e cumprir com seus passivos de curto e médio prazo. Os Diretores entendem que a geração de caixa da Companhia, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, são suficientes para atender ao financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios para os próximos 12 (doze) meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(R\$ mil)	2023	2022
Ativo	28.836.503	25.122.186
Circulante	8.334.477	7.563.371
Não Circulante	20.502.026	17.558.815
Passivo	20.042.883	16.515.402
Circulante	5.773.108	4.582.545
Não Circulante	14.269.775	11.932.857
Patrimônio Líquido	8.793.620	8.606.784
Passivo e Patrimônio Líquido	28.836.503	25.122.186

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes. Já o passivo circulante, é constituído, em especial, por empréstimos e financiamentos, fornecedores, e instrumentos financeiros derivativos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Endividamento Total (ET)	$ET = (\text{Passivo Total} / \text{Ativo Total}) * 100$	69,5	65,7
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = (\text{Passivo Circulante} / \text{Ativo Total}) * 100$	20,0	18,2
Liquidez Geral (LG)	$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / \text{Passivo Total}) * 100$	143,9	152,1
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}) * 100$	144,4	165,0

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela empresa (ativo total).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os resultados da liquidez geral e corrente da Companhia demonstram situação, com base na avaliação dos diretores da Companhia, confortável diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios.

(b) estrutura de capital

Os setores de atuação da Companhia, especialmente a área de infraestrutura e distribuição de gás canalizado, requerem uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e de terceiros:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(R\$ mil)	2023	AV	2022	AV
Passivo	20.042.883	69,51%	16.515.402	65,74%
Patrimônio Líquido	8.793.620	30,49%	8.606.784	34,26%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	28.836.503	100,00%	25.122.186	100,00%

Em 31 de dezembro de 2023 a estrutura de capital da Companhia era composta de 69,51% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos, debêntures, saldos com fornecedores, imposto de renda e contribuição social diferidos, entre outros, e 30,49% de capital próprio, e resultados acumulados dos exercícios corrente e anteriores.

Em 31 de dezembro de 2022 a estrutura de capital da Companhia era composta de 65,74% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos, debêntures, saldos com fornecedores, imposto de renda e contribuição social diferidos, entre outros, e 34,26% de capital próprio e resultados acumulados dos exercícios corrente e anteriores.

A Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, eram de 143,9 e 144,4, respectivamente. Na mesma data, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 10.017,15 milhões de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures tomados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Administração entende que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos (bancos de primeira linha no Brasil e no exterior); (iii) linhas de financiamento do BNDES; (iv) operações de renda fixa no mercado de capitais local; (v) aumento de capital por meio da subscrição de novas ações em operações no mercado de capitais local. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia e suas controladas principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

A Administração entende que tais fontes de financiamento estão adequadas ao perfil do endividamento da Companhia e suas controladas, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

As principais linhas de financiamentos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2023 estão detalhadas abaixo, no item 2.1(f) deste Formulário de Referência, de acordo com suas respectivas características.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor, de acordo com as suas atuais fontes de financiamento. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos, financiamentos e debêntures de R\$ 10.017,15 milhões, dos quais R\$ 1.937,3 milhões, ou 19,34%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia variou R\$ 1.738,31 milhões, 20,35% entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, principalmente em decorrência de novas captações.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Descrição		Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Objetivo
Com garantia								
BNDES								
Comgás	Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	8,71%	Real	112.946	131.885	abr/29	Investimentos
Comgás	Projetos VIII	IPCA + 3,25%	7,82%	Real	1.547.664	1.653.501	jun/34	Investimentos
Sulgás	Projetos I	IPCA + 4,10%	10,63%	Real	140.016	73.717	jan/30	Investimentos
Comgás	Projetos IX	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	598.752	544.925	dez/36	Investimentos
Comgás	Projetos IX	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	295.058	—	dez/36	Investimentos
Comgás	Projetos IX	IPCA + 6,01%	10,71%	Real	304.276	—	dez/36	Investimentos
Sem garantia								
Resolução 4131								
Comgás	Scotiabank 2018	Pré-fixado	3,67%	Dólar	—	395.285	mai/23	Gestão de capital
Comgás	Scotiabank 2020	Pré-fixado	1,36%	Dólar	362.774	377.705	fev/24	Gestão de capital
Comgás	Scotiabank 2022	Pré-fixado	2,13%	Dólar	943.486	1.000.957	fev/25	Gestão de capital
Comgás	Scotiabank 2023	Pré-fixado	4,04%	Dólar	734.191	—	mai/26	Gestão de capital
Debêntures								
Compass	1ª emissão - série única	CDI + 1,45%	13,27%	Real	399.457	399.616	dez/26	Investimentos
Compass	2ª emissão - série única	CDI + 1,55%	13,38%	Real	1.764.022	—	nov/30	Investimentos
Comgás	4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	12,12%	Real	80.960	114.014	dez/25	Investimentos
Comgás	5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	11,43%	Real	—	907.366	dez/23	Investimentos
Comgás	6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	554.147	523.837	out/24	Investimentos
Comgás	7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	6,10%	Real	359.639	372.171	mai/28	Gestão de capital
Comgás	9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	9,78%	Real	550.342	491.153	ago/31	Investimentos
Comgás	9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	9,88%	Real	533.854	467.841	ago/36	Investimentos
TRSP	1ª emissão – série única	CDI + 1,95%	13,83%	Real	735.566	824.866	ago/24	Investimentos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
1 a 2 anos	1.209.868	1.798.401
2 a 3 anos	1.547.176	1.227.708
3 a 4 anos	420.994	754.560
4 a 5 anos	421.039	356.075
5 a 6 anos	1.346.987	356.120
6 a 7 anos	1.315.293	402.829
7 a 8 anos	426.269	383.799
Acima de 8 anos	1.392.230	1.314.224
Total	8.079.856	6.593.716

(ii) *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas. A Administração esclarece, ainda, que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) *grau de subordinação entre as dívidas*

A Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Contudo, a Administração esclarece que, atualmente, o BNDES pode ser considerado credor mais favorecido, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

(iv) *eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições*

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração informa que determinados contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos:

Companhia	Dívida	Meta	Índice	
			2023	2022
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/ Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6	0,17	0,17
Comgás S.A.	* Debenture 4ª a 9ª emissões	Dívida onerosa líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,32	1,64
	* BNDES			
	* Resolução 4131			
Sulgás	* BNDES	Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,50	(0,02)	0,35
		Índice de endividamento geral (Exigível total / Passivo total+ Patrimônio Líquido) não poderá ser superior a 0,8	0,69	0,64

- (i) A dívida onerosa líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.
- (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante.

Para os demais empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias, não consta nenhuma cláusula restritiva financeiras e não financeiras.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas e entende que, e na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as cláusulas restritivas e *covenants* financeiros nas medições anuais, mencionados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Consolidado	Dívida Líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Resultado		
31 de dezembro de 2023	1,31	0,19
31 de dezembro de 2022	1,26	0,20

A dívida líquida compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A dívida de curto prazo compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento até 12 meses e a dívida total compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo.

Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de *covenants* financeiros são definidos isoladamente por cada escritura e não devem ser confundidos com as utilizadas pela Companhia e divulgadas no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia por meio de suas subsidiárias, dispunha de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$384.297 (R\$1.045.797 em 31 de dezembro de 2022). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Todas as demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações referentes aos exercícios sociais de 2023 e 2022, apresentadas nesta seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	31/12/2023	AV	31/12/2022 (Reapresentado) (i)	AV	AH
Receita operacional líquida	17.767.327	100,00%	19.719.205	100,00%	-9,90%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.256.031)	-80,24%	(16.364.835)	-82,99%	-12,89%
Resultado bruto	3.511.296	19,76%	3.572.634	18,12%	-1,72%
Despesas de vendas	(164.399)	-0,93%	(163.256)	-0,83%	0,70%
Despesas gerais e administrativas	(788.015)	-4,44%	(563.467)	-2,86%	39,85%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	607.226	3,42%	(91.905)	-0,47%	-760,71%
Resultado operacional	(345.189)	-1,94%	(818.628)	-4,15%	-57,83%
Lucro antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	3.166.107	17,82%	2.535.742	12,86%	26,09%
Resultado de equivalência patrimonial	178.978	1,01%	98.033	0,50%	0,00%
Despesas financeiras	(1.658.582)	-9,34%	(1.291.850)	-6,55%	28,39%
Receitas financeiras	1.283.025	7,22%	898.099	4,55%	42,86%
Variação cambial líquida	152.592	0,86%	102.655	0,52%	48,65%
Derivativos	(507.988)	-2,86%	(86.041)	-0,44%	490,40%
Resultado financeiro líquido	(730.954)	-4,11%	(377.137)	-1,91%	93,82%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.614.131	14,71%	2.256.638	11,44%	17,22%
Corrente	(1.136.919)	-6,40%	(723.405)	-3,67%	57,16%
Diferido	277.608	1,56%	394.220	2,00%	-29,58%
Imposto de renda e contribuição social	(859.310)	-4,84%	(329.185)	-1,67%	161,04%
Resultado líquido do período das operações em continuidade	1.754.821	9,88%	1.927.453	9,77%	-7,34%
Resultado líquido do período das operações descontinuadas	45.419	0,26%	49.845	0,25%	-
Resultado líquido do período	1.800.240	10,13%	1.977.298	10,03%	-54,88%

(i) Reapresentação das informações conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 em nota explicativa número 3.3 e 16.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Distribuição de gás		
Industrial	11.411.212	12.945.164
Residencial	2.202.348	2.200.849
Cogeração	710.288	943.907
Automotivo	592.917	928.468
Comercial	820.685	814.962
Termogeração	2.517	11.197
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Outros	533.218	418.295
Total Distribuição de gás	17.767.327	19.480.660
Marketing & serviços		
Comercialização de energia elétrica	—	238.545
Total Marketing & serviços	—	238.545
Total	17.767.327	19.719.205

(i) Reapresentação das informações conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 em nota explicativa número 3.3.

A receita operacional líquida totalizou R\$ 17.767,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de -R\$1.951,9 milhões, ou -9,9%, quando comparada com o valor de R\$ 19.719,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela redução do volume distribuído em 10% com os maiores efeitos nos setores industrial e automotivo. Adicionalmente, a variação também sofreu impacto da descontinuidade da totalidade dos contratos de energia em dezembro de 2022 com efeito no montante de R\$238,5 milhões.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$ 14.364,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$ 2.108,8 milhões, ou 12,9%, quando comparada com o valor de R\$ 16.354,8 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 13.892,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 11.919,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de 16,6%. Essas variações ocorreram principalmente em função do custo da molécula, composta por fatores taxa de câmbio e Brent. Adicionalmente, a variação também é impactada pela redução do volume de venda. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 1.217,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 1.494,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

uma variação de -18,5%. Por fim, houve o efeito de redução de custo devido a descontinuidade de todos os contratos de energia com efeito no montante de R\$ 260,9 milhões.

Despesas de vendas

Despesas de vendas totalizaram R\$ 164,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$ 1,1 milhão, ou 0,70%, quando comparada com o valor de R\$ 163,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 788,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$ 224,6 milhões, ou 39,85%, quando comparada com o valor de R\$ 563,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela inclusão de Commit ao portfólio a partir de julho de 2022 (despesa incorrida por seis meses durante o exercício de 2022 em comparativo aos 12 meses incorridos do exercício de 2023), além do impacto inflacionário e maiores taxas de fiscalização das agências reguladoras, definidas em função de receita bruta, bem como, aumento com as despesas com pessoal.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas totalizaram R\$ 607,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$ 699,1 milhões, ou -760,71%, quando comparada com o valor de -R\$ 91,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela realização da receita diferida após o cumprimento de todas as obrigações remanescentes com efeito no montante de R\$837,8 milhões em 2023 líquido de tributos. Adicionalmente, esse efeito foi parcialmente compensado pela redistribuição aos consumidores do montante recebido pela Comgás oriundo de seu acordo comercial com a Compass Comercialização, essa redistribuição gerou um impacto líquido de tributos no montante de -R\$ 143,2 milhões.

Despesas financeiras

Despesas financeiras totalizaram -R\$ 1.658,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de -R\$ 366,7 milhões, ou 28,4%, quando comparada com o valor de -R\$ 1.291,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo efeito de juros sobre arrendamento decorrente do afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (FSRU), atualização dos valores de multa e juros pela não realização do benefício do pacto federativo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas financeiras

Receitas financeiras totalizaram R\$ 1.283,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$ 384,9 milhões, ou 42,86%, quando comparada com o valor de R\$ 898,1 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pela rentabilidade de caixa e aplicações financeiras e a reversão de atualização financeira sobre provisões.

Variação cambial líquida

Variação cambial líquida totalizou R\$ 152,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$ 50,0 milhões, ou 48,65%, quando comparada com o valor de R\$ 102,6 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Derivativos

Derivativos totalizou R\$ -507,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$ -421,9 milhões, ou 490,4%, quando comparada com o valor de R\$ -86,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, por swap de taxa de juros, hedge de commodities e outros instrumentos derivativos atrelados a dívidas. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de hedge econômico (sem caráter especulativo).

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ -859,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação negativa de R\$ -530,1 milhões, ou 161,04%, quando comparada com o valor de R\$ -329,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado				
	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH 2023 vs. 2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.302.639	84,00%	3.926.605	115,37%	-15,89%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	-2.334.461	-59,38%	-1.750.107	-51,42%	33,39%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	-440.281	-11,20%	-2.335.221	-68,61%	-81,15%
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	527.897	13,43%	-158.723	-4,66%	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.403.635	86,57%	3.562.358	104,66%	-4,46%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.931.532	100,00%	3.403.635	100,00%	15,51%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 3.302,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$ 3.926,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 o que representou uma variação de R\$ -624,0 milhões ou -15,89%. A variação se refere principalmente as transações operacionais da Companhia em todos os segmentos de atuação.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento totalizou R\$ -2.334,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$ -1.750,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 o que representou uma variação de R\$ 584,4 milhões ou 33,39%. Esse aumento se deve, principalmente, por conta dos investimentos do plano regulatório das distribuidoras e no TRSP.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento totalizou R\$ -440,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$ -2.335,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 o que representou uma variação de R\$ 1.894,9 milhões ou -81,15%. Essa redução se deve, principalmente, ao efeito líquido das novas captações e amortização de principal e juros e ao menor pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita bruta na distribuição de gás.
- Receita bruta na comercialização de energia¹, a qual é dividida em (i) mercado de curto prazo; e (ii) operações de *trading*.
- Receita bruta na prestação de serviços.
- Receita de construção.
- Impostos e deduções sobre vendas.

A Companhia tem como atividades principais a gestão de portfólio de investimentos com o objetivo em desenvolver um mercado de gás e energia cada vez mais amplo, transparente e competitivo no Brasil. Por meio de suas subsidiárias têm como atividades (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A Administração entende que os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram materialmente afetados pelos seguintes eventos:

✓ **Realização de receita na Compass Comercialização S.A.**

Em 01 julho de 2022, a subsidiária Compass Comercialização S.A. (“Compass Comercialização”) firmou um instrumento contratual para cancelamento das cargas de Gás Natural Liquefeito (“GNL”) com entregas previstas com fornecedores externos para 2023. Em 13 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as obrigações remanescentes, foi realizado o reconhecimento na rubrica de outras receitas operacionais do montante de R\$ 845.233.

¹Durante o exercício de 2022, a subsidiária Compass Comercialização encerrou todos os contratos de comercialização de energia. Deixando de atuar neste segmento e passando a dedicar-se ao desenvolvimento do mercado livre de gás.

✓ **Aquisição de estoque de GNL na Compass Comercialização S.A.**

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em setembro de 2023, a subsidiária Compass Comercialização S.A. ("Comercialização") realizou a aquisição de uma carga de GNL no montante de R\$ 177.089. Esse estoque de gás será utilizado para os testes de comissionamento e início da operação do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP").

Até o encerramento do exercício de 2023 não houve o efetivo consumo da carga tendo o seu saldo atualizado devido ao reconhecimento da perda por evaporação do GNL na rubrica de outras despesas no montante de R\$ 29.946.

✓ Acordo comercial entre Compass Comercialização e Comgás

Em 24 de julho de 2023, a Comgás e Compass Comercialização celebraram um aditivo contratual, que contemplou o adiamento da data de início do contrato de fornecimento de gás, inicialmente estipulada para 1º de julho de 2023, conforme os termos do contrato original formalizado em agosto de 2021. Em decorrência da postergação, as partes acordaram uma compensação financeira no montante total de R\$453.316, dos quais R\$53.316 foram liquidados em 8 de agosto de 2023.

Em 26 de setembro de 2023, a Compass Comercialização realizou uma proposta adicional de compensação financeira à Comgás, no montante de R\$150.000, liquidada em 23 de outubro de 2023, em função da flexibilização do prazo de início de fornecimento ao longo do 1º trimestre de 2024. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado.

Por fim, em 24 de novembro de 2023, a Compass Comercialização realizou uma nova proposta de compensação financeira à Comgás, no montante de R\$150.000, liquidada em 28 de dezembro de 2023. Em contrapartida para que o gás natural comercializado sob o contrato de fornecimento de gás possa ser disponibilizado em quaisquer dos citygates da malha de distribuição. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado, que após essa compensação financeira passou a ser de R\$ 100.000, o qual será pago trimestralmente pelos próximos 5 anos mediante o cumprimento de obrigações de performance estabelecidas.

Como resultado desses acontecimentos, e com as devidas anuências da ARSESP, a Comgás recebeu até o momento o total de R\$353.316, que por conseguinte, parte desse montante, líquida dos impostos incidentes é redistribuída aos consumidores de acordo com as disposições previstas no contrato de concessão.

✓ Cisão Commit e ativo disponível para venda

Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da controlada Commit Gás S.A. ("Commit") para uma nova companhia denominada Norgás S.A. ("Norgás"). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A.

2.2 Resultados operacional e financeiro

("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). A Compass Gás e Energia detém 51% de participação societária da Norgás, mesmo percentual que detém na Commit, não alterando a participação sobre as companhias acima referidas.

A ocorrência desse evento reforça a estratégia da Companhia de alienação de sua participação na Norgás, e com isso, na mesma data esses investimentos para fins de balanço patrimonial foram classificados como 'ativo e passivo mantido para venda' e para fins de demonstrativo do resultado foram classificados como 'operação descontinuada'.

✓ Cessão de Contratos de Compra e Venda

Em julho de 2022 a subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou instrumento de Cessão de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com a WX Energy Comercializadora de Energia Ltda., empresa controlada indireta da Raízen S.A.. Através desta operação realizada a mercado, a Companhia cedeu integralmente todos os contratos com vencimentos posteriores ao exercício de 2022, mediante ao pagamento de R\$ 1.032.

✓ Venda de distribuidoras

As distribuidoras que estavam classificadas como ativo disponível para venda na data de aquisição da Commit, foram vendidas para os acionistas que detinham o direito de preferência, conforme abaixo:

Em 21 de julho de 2022, o Estado da Paraíba exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da PBGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 47.251.

Em 21 de julho de 2022, a Termogás S.A. ("Termogás") exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 24% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 561.

Em 22 de julho de 2022, o Estado de Alagoas exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Algás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 27.067. A Commit, após essa operação, manteve 29,44% de participação na Algás.

Em 25 de julho de 2022, o Estado da Bahia exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da BahiaGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 574.778.

Em 26 de julho de 2022, o Estado do Ceará exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Cegás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 76.399. A Commit, após essa operação, manteve 29,44 de participação na Cegás.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 29 de julho de 2022, a Companhia Energética de Brasília ("CEB") exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 8% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R\$ 187.

Em 8 de novembro de 2022 a Commit realizou a venda de sua participação minoritária em quatro distribuidoras de gás natural não operacionais para Termogás S.A., sendo: 37,25% da Companhia de Gás do Amapá ("Gasap"), 22,11% da Companhia de Gás do Piauí ("Gaspisa"), 41,5% da Companhia Rondoniense de Gás ("Rongás") e 30,46% da Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. ("GoiasGás"). Como consequência dessas transações, a subsidiária Commit recebeu o montante total de R\$ 1.862.

Em 21 de dezembro de 2022, o Estado do Piauí exerceu o direito de preferência para aquisição da participação acionária remanescente de 15,14% da Gaspisa detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento do montante de R\$ 437.

Por fim, para o ano de 2022, o montante total recebido pela venda da participação das distribuidoras não controladas foi de R\$ 728.542

✓ Deliberações ARSESP – Tarifa

No dia 03 de março de 2022 a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.274, com vigência a partir do dia 10 de março de 2022, dispôs sobre a atualização das tabelas tarifárias e sobre a tarifa de uso do sistema de distribuição a serem aplicadas no mercado livre que resultou no aumento médio de 14,5% no segmento industrial, de 16,1% no preço do (GNV), considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis, e 15,9% para o segmento cogeração e refrigeração.

No dia 27 de junho de 2022, em cumprimento à Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que trata da redução a zero da alíquota de PIS/COFINS e PASEP quando do faturamento na venda de gás natural veicular até 31 de dezembro de 2022, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.301, com vigência retroativa à 23 de junho de 2022. A redução nas tarifas finais aos consumidores do segmento GNV foi de 8,9%, ficando todos os demais segmentos sem alteração.

Em 1 de setembro de 2022 a ARSESP publicou a deliberação nº 1.329, com vigência a partir de 10 de setembro de 2022, que dispôs sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") a serem aplicadas no mercado livre. A diminuição média na tarifa final dos grandes consumidores cativos (industrial, GNV, cogeração e refrigeração) foi de -0,1%, não havendo alteração de tarifas para os segmentos residencial e comercial.

Em 7 de dezembro de 2022 a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.359, com vigência a partir de 10 de dezembro de 2022, que dispôs sobre o reajuste dos valores das margens de distribuição, a atualização do custo médio ponderado do gás e do transporte, o repasse das contas gráficas, sobre a TUSD a ser aplicada no mercado livre e as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela Comgás. Para os consumidores do segmento residencial e comercial houve um reajuste médio de 11% nas faturas de gás canalizado e, para os demais segmentos (industrial, GNV, cogeração e refrigeração) ocorreu uma redução de cerca de 10% nas faturas de gás.

Posteriormente, em 22 de dezembro de 2022, em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que realizou alterações na Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código

2.2 Resultados operacional e financeiro

Tributário Nacional) e outras leis, que em especial, trata da redução a zero da alíquota de PIS/COFINS e PASEP quando do faturamento na venda de GNV até 31 de dezembro de 2022, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.368, com vigência em 1 de janeiro de 2023.

Ato contínuo, em 3 de janeiro de 2023, em virtude da Medida Provisória nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023, que em seu artigo 4º, inciso II, reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com GNV classificado nos códigos 2711.11.00 ou 2711.21.00 da NCM até 28 de fevereiro de 2023, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.374, mantendo em zero a alíquota de PIS/Confins e Pasep para o segmento veicular.

Vale ressaltar que, em decorrência da publicação do Decreto nº 67.383, de 20 de dezembro de 2022, a partir de 16 de janeiro de 2023 a alíquota de ICMS incidente sobre as operações de gás natural passa de 15,6% para 15%.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Administração entende que as variações relevantes de nossa receita bruta na venda de gás e serviços nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é explicada principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, repasse inflacionário das margens de distribuição, bem como maior volume distribuído no período.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são o IPCA, CDI e IGP-M:

- **IPCA:** Esse índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes determinados pelo regulador
- **CDI:** Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.
- **IGP-M:** Como a 7ª emissão de debêntures da Comgás está atrelada à este indexador, a variação desta taxa afeta a despesa financeira da Companhia.

Taxas de câmbio: Possuímos dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com nossa política de tesouraria, devidamente protegidas ("swapadas") para Reais indexados ao CDI.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A inflação afeta nosso desempenho financeiro, aumentando despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não teve impacto material sobre nossos negócios para os períodos apresentados, porque são feitos reajustes pelo Órgão Regulador a margem bruta pela inflação registrada no período.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo das distribuidoras, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente em nossa margem bruta. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo nos confere uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A ARSESP através da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023.

Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, deve ser registrada no grupo de receitas operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela Companhia é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória (“CCR”) em seu resultado bruto, porém com alocações no grupo de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Em complemento, o documento também menciona que a classificação de despesas e custos podem variar em relação às práticas comumente adotadas em que parte dos gastos administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas aos serviços de distribuição de gás canalizado.

A subsidiária Comgás reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá as exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes nas consolidações alinhadas com as práticas adotadas pelo grupo. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores utilizados pela subsidiária Comgás.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O auditor incluiu, no relatório referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, ênfase relativa à reapresentação dos valores correspondentes.

Os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2023, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A opinião do auditor não contém modificação relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Biometano Verde Paulínia S.A.

Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização S.A. realizou a aquisição de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") pelo montante de R\$247.152, sendo R\$100.000 via aporte de capital, R\$135.000 pagos em parcela única para os antigos acionistas controladores e R\$12.152 referente a contraprestação contingente. A partir dessa data, a BVP passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve quaisquer outros eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades, além dos informados no item 2.4 b (aquisição de negócios e desinvestimentos), que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medida não contábil o Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (“EBITDA”), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização), de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”) e dívida líquida (“Dívida Líquida”). O EBITDA compreende o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. A Dívida Líquida compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

EBITDA

O EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de caixa dos períodos apresentados. O EBITDA não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, nem como indicadores de liquidez da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(Em milhares de reais)		
EBITDA	4.244.721	3.459.868

Dívida Líquida

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão.

2.5 Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida relativos aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	2023	2022
Dívida líquida	5.505.343	4.351.952

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Seguem abaixo os valores do EBITDA da Companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como a conciliação de tais valores:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31/12/2023	Exercício social encerrado em 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	1.754.822	1.977.298
(+) Imposto de renda e contribuição social	859.311	329.185
(+) Resultado financeiro, líquido	730.953	377.137
(+) Depreciação e Amortização	899.635	776.248
EBITDA	4.244.721	3.459.868

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31/12/2023	Exercício social encerrado em 31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.017.150	8.278.839
Caixa e Equivalentes de Caixa	-3.931.532	-3.403.635
Títulos e Valores Mobiliários	-800.267	-578.358
Instruments financeiros derivativos ¹	219.992	55.106
Dívida Líquida	5.505.343	4.351.952

¹ Contratos de swap de juros e câmbio

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras, mas não é uma medida contábel de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de

2.5 Medições não contábeis

caixa dos períodos apresentados. A Companhia utiliza o EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

O EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetros de comparação com outras empresas para efeito gerencial, pois tem a vantagem de não ser afetado por resultado financeiro, depreciação e amortização e tributos sobre o lucro. Desta forma, a utilização desse indicador permite que a Companhia análise mais do que apenas seu resultado (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real desempenho por ser frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais.

Contudo, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação e amortização), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, requerendo, assim, que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

Dívida Líquida

Entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à posição de caixa da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras que as altere substancialmente

Décima emissão de debêntures da Comgás

Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R\$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da subsidiária Comgás.

Terceira emissão de debêntures da Compass

Em 15 de março de 2024, a Companhia aprovou a oferta pública da 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis no montante de R\$ 1.500.000 com remuneração de CDI + 1,08% a.a., juros semestrais e principal com vencimento em 15 de março de 2029. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a propósitos gerais e reforço de capital de giro.

Notas Comerciais Compass e TRSP

Em 20 de março de 2024, a Companhia e sua controlada TRSP, firmaram a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R\$ 200.000, sendo o seu vencimento em março de 2026 e sua remuneração à 100% CDI + 1,7% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A., seguindo as condições de mercado para a respectiva transação.

Empréstimo Compass Comercialização

Em 21 de março de 2024, a subsidiária Compass Comercialização assinou um o contrato de empréstimo “Uncommitted Term Loan Facility Agreement - Loan Agreement” junto ao banco BNP Paribas S.A., para captação de acordo com os termos da Lei Nº 4.131. Em 22 de março de 2024 a Companhia concluiu a captação no montante de EUR 78 milhões com vencimento em março de 2025 e taxa de juros de 4,879% ao ano.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Política de Destinação dos resultados sociais

	2023
Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido do exercício possuía a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; (ii) o necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) para manutenção da reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Especial, que possuía por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o nosso objeto social e/ou de nossas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 50% do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do nosso capital social subscrito; e (iv) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas na forma de dividendos, em cada exercício, não inferior a 50% do lucro líquido anual ajustado, e assegurando a distribuição mínimo obrigatória na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.
Valores das retenções de lucros	Não haverá retenção de lucros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 conforme deliberação de dividendos do dia 26 de março de 2024.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve retenção de lucros no exercício.
Regras sobre distribuição de dividendos	Após realizadas as deduções contempladas no nosso Estatuto Social, o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 50% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode, até os limites legais, declarar dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Em regra, a distribuição de dividendos será anual, podendo o Conselho de Administração levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório. Além disso, por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados, até os limites legais, dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das S.A. permite que a distribuição do dividendo obrigatório seja suspensa caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deverá emitir seu parecer de recomendação sobre tal informação. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a nossa condição financeira o permita.
Se a Companhia possui política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.7 Destinação de resultados

aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	
--	--

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(ii) **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iii) **contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iv) **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Principais elementos do plano de negócios da Companhia

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Nossos principais investimentos e foco no segmento de distribuição passam diretamente pela execução do plano regulatório das distribuidoras, e avaliamos constantemente de forma seletiva aquisições e privatizações, buscando ampliar nossa atuação nesse mercado e replicando o modelo de negócios de sucesso da Comgás.

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 2.035 milhões, aumento de 37% quando comparado com o mesmo período de 2022. No acumulado anual, R\$ 1.539 milhões referem-se aos investimentos das controladas de distribuição de gás que ocorreram conforme o planejado nos planos de negócios tarifários. O restante refere-se substancialmente ao investimento para a construção do TRSP.

Para 2024 estamos projetando um Capex entre R\$ 2.600 milhões e R\$ 2.900 milhões, considerando os investimentos do TRSP e definidos nos planos regulatórios das distribuidoras.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de captações de recursos junto a bancos privados, linhas de créditos com o BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Adicionalmente, se necessário, a Companhia utiliza de aportes de capital para suportar os investimentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da controlada Commit Gás S.A. ("Commit") para uma nova companhia denominada Norgás S.A. ("Norgás"). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). A Compass Gás e Energia detém 51% de participação societária da Norgás, mesmo percentual que detém na Commit, não alterando a participação sobre as companhias acima referidas.

A ocorrência desse evento reforça a estratégia da Companhia de alienação de sua participação na Norgás, e com isso, na mesma data esses investimentos para fins de balanço patrimonial foram classificados como 'ativo e passivo mantido para venda' e para fins de demonstrativo do resultado foram classificados como 'operação descontinuada'.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) *montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) *projetos em desenvolvimento já divulgados*

A Compass iniciou a construção do TRSP em 2021. Localizado no Porto de Santos, o TRSP possui uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia e capacidade de armazenamento de 173 mil m³ de GNL. O TRSP irá operar em um modelo de afretamento da Floating Storage and Regasification Unit (FSRU), embarcação especializada na regaseificação do GNL. O prazo estimado para início de operação é 2024.

Além disso, em 2023 anunciamos através de Fato relevante a criação da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") em parceria com a OrizonVR.

Inicialmente a Compass Comercialização investirá R\$ 235 milhões, dos quais R\$ 100 milhões como aporte na BVP e R\$135 milhões a título de secundária, passando a deter 51% (cinquenta e um por cento) do capital e, conseqüentemente, o controle da empresa.

Uma secundária adicional de até R\$ 120 milhões está condicionada à entrega de um maior volume de biogás pela OrizonVR.

A BVP investirá no desenvolvimento de uma planta de purificação de biometano, com produção de até 180 mil metros cúbicos por dia, podendo chegar até 300 mil metros cúbicos por dia, a partir do biogás gerado no aterro sanitário Ecoparque Paulínia da OrizonVR ao longo de 20 anos.

A previsão é que esta planta inicie sua operação em 2025 com investimento estimado em até R\$ 450 milhões. O biometano produzido a partir da planta será adquirido pela Compass Comercialização, levando ao mercado brasileiro mais uma alternativa de suprimento e flexibilidade através da oferta de gás natural renovável. Essa operação potencializa o crescimento do nosso segmento de Marketing & Services, oferecendo soluções cada vez mais completas aos seus clientes na direção de uma transição energética segura e eficiente.

2.10 Planos de negócios

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Em 2022, acompanhando a evolução do modelo de negócio da Companhia e as aquisições dos novos ativos, a matriz de materialidade estabelecida em 2020, passou por um exercício de atualização de modo a refletir a nova estratégia de negócio da Companhia. O estudo foi desenvolvido em etapas e considerou análise de tendências, riscos e oportunidades, pressões e temas de sustentabilidade críticos para o futuro das empresas no setor na visão de diferentes stakeholders prioritários da companhia que foram consultados durante o processo.

Como resultado deste exercício definimos 7 temas ESG materiais para a Compass em alinhamento com o seu modelo de negócio:

- Mudança climática e transição energética
- Eficiência e segurança energética
- Responsabilidade e impacto social positivo
- Diversidade, equidade e inclusão
- Saúde e segurança das pessoas e das operações
- Ética, *compliance* e governança corporativa
- Geração e distribuição de valor

A partir do exercício de materialidade e definição dos 7 temas ESG, estabelecemos 3 pilares de atuação ESG com 9 compromissos 2030 que refletem o Plano Estratégico ESG da Compass, alinhado com a agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da ONU.

- Viabilizar uma transição energética segura e eficiente
- Desenvolver as pessoas e a sociedade
- Promover um mercado de gás amplo, transparente e competitivo

A estratégia de ESG da Compass foi desenhada de modo a impulsionar as oportunidades ESG atreladas ao nosso modelo de negócio.

A Compass é uma gestora de negócios independentes que viabiliza o crescimento do mercado do gás natural, com o propósito de promover uma transição energética segura e eficiente.

2.10 Planos de negócios

Por meio de nossas operações de distribuição, colaboramos para promover uma transição energética segura, competitiva e eficiente do país. A consolidação da Edge, com novas operações de originação e comercialização de gás, potencializa o nosso propósito oferecendo mais segurança, flexibilidade e descarbonização aos nossos clientes on grid e off grid.

Deslocar combustíveis mais poluentes como o diesel, o óleo combustível, o GLP e o carvão reforça o papel do gás natural como energético de transição. Somado ao benefício ambiental atrelado à redução dos gases de efeito estufa e à melhora na qualidade do ar, a confiabilidade e segurança de entrega que o gás natural provê ao sistema o coloca como elemento-chave na transição para uma economia de baixo carbono.

De modo a potencializar o papel do gás natural na transição energética, devido à sua característica intercambiável, o biometano, gás de origem renovável produzido a partir da purificação do biogás, se apresenta como um aliado na redução das emissões de gases de efeito estufa, principalmente na indústria e no setor de transporte.

Para a Compass, ter o biometano como parte do seu portfólio de suprimento faz parte da sua estratégia de negócio. Temos o compromisso de liderar a distribuição do biometano até 2030 e o ano de 2023 foi marcado por grandes avanços neste sentido. Visando atender as necessidades de nossos clientes com confiabilidade, flexibilidade e sustentabilidade, construímos um portfólio de soluções completas e sob medida, que contemplam o uso de biometano e que estimulam o desenvolvimento do mercado livre de gás.

No aspecto social, ajudamos a promover o desenvolvimento das regiões onde atuamos. A chegada de gás natural é, comprovadamente, um indutor do desenvolvimento industrial e, como consequência, de melhora das condições de vida. Potencializa tanto a geração de empregos como a de impostos que, por sua vez, se desdobram em benefícios para a comunidade. Ou seja, o impacto positivo está ligado à própria natureza de nossas operações.

Desta forma, o crescimento de conexões de novos clientes alcançado em 2023 pelas empresas que formam a Compass não deve ser visto apenas pela ótica econômica e operacional. A conquista também tem um impacto positivo sobre o meio ambiente. Ao acrescentar milhares de novas conexões à sua malha de distribuição, a companhia amplia o acesso a um energético mais sustentável e ainda colabora para minimizar as emissões originadas pelo transporte de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP, ou gás de cozinha) feito por caminhões a diesel. O gás natural, por sua vez, chega até o consumidor pelas redes de gasodutos de distribuição, de forma mais limpa e eficiente, e sem poluição sonora.

Somado a isso, em 2023, investimos mais de 27 milhões de reais em iniciativas sociais voltadas ao empreendedorismo, à capacitação profissional, ao impacto ambiental, à cultura, à educação, à saúde e ao bem estar, totalizando 67 projetos que envolveram a Comgás, o TRSP, a Necta e a Sulgás. No ano, definimos nossas novas diretrizes sociais para tornar esses investimentos ainda mais efetivos.

2.10 Planos de negócios

Acreditamos que com mais diversidade, equidade e inclusão potencializamos a nossa geração de valor. Temos a meta para 2030 de atingir 50% de participação de pessoas que se enquadrem em critérios de diversidade em cargos de liderança e no ano de 2023 foi marcado pelo fortalecimento dos nossos grupos de afinidades e ações de treinamento e letramento para a promoção de um ambiente seguro e inclusivo.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Política de gerenciamento de riscos

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Compass possui uma política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de julho de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos"), e disponível no link: <https://www.compassbr.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-codigos-e-regimentos/>.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

As políticas têm por objetivo definir as principais etapas dos trabalhos de avaliação e gestão de riscos para a Companhia e suas subsidiárias. A Gestão de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas subsidiárias, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, identificação de oportunidades e apoiando os seus negócios no atingimento dos objetivos.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Como holding, a Companhia orienta as suas subsidiárias nas decisões financeiras e estratégicas, e compartilha cultura de governança, conduta ética, atenção à gestão de riscos, valorização do capital humano, bem como disciplina na alocação de capital e foco na criação de valor no longo prazo. Nesse contexto, os riscos aos quais a Companhia está sujeita são, essencialmente, os riscos a que as suas subsidiárias estão sujeitas e que são por elas administrados.

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento dos objetivos traçados pela alta administração. As principais naturezas dos riscos são destacadas abaixo:

Riscos Estratégicos estão associadas à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas em suas subsidiárias (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na nossa reputação, além do potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Commodities: associado à volatilidade do mercado e pode nos afetar quando tiver ativos ou passivos atrelados à commodities
- Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode nos afetar quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
- Juros: também associado à volatilidade do mercado. Podemos, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as nossas despesas financeiras.
- Liquidez: situação em que encontramos dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros.
- Crédito: associado às contrapartes que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) são aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados à prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, entre outros.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia e suas subsidiárias mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais e estratégicos, como área de Controles Internos, Gestão de Riscos, SSM (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), e as utilizam como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos.

A atuação em conjunto das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que pode ser:

- (i) evitar: quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (ii) reduzir: quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- (iii) compartilhar: quando o risco é dividido com uma contraparte externa à nossa. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- (iv) aceitar: quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de Riscos Financeiros há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Comoditties	<ul style="list-style-type: none">• Contrato Futuro ou a termo de <i>Commodities</i>• Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de <i>Commodities</i>• <i>Swap</i>
Câmbio	<ul style="list-style-type: none">• <i>Non Deliverable Forward (NDF)</i>• <i>Swap</i>• Contrato Futuro de Câmbio• Contrato de Câmbio• Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira• Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	<ul style="list-style-type: none">• <i>Swap</i>• Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	<p>Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo</p> <ul style="list-style-type: none">• Contratação de limites para saque (<i>Standby Credit Facility</i> e Conta Garantida)• Controle de exposição conforme índice de liquidez para commodities por vencimento
Crédito	<p>Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos públicos e instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's</p> <p>Contratos de Derivativos negociados com instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's</p> <p>Limite de exposição de contrapartes não financeiras conforme demonstrativos financeiros</p> <p>Garantias conforme exposição possível em contrato: Carta de Crédito, <i>Stand-by Letter of Credit</i>, Fiança Bancária, Seguro Fiança e <i>Parent Company Guarantee</i></p>

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde as subsidiárias gerem seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos em que a Companhia está exposta.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração, seus órgãos de assessoramento e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções.

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia: (i) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; (iv) reunir-se sempre que julgar necessário, com o Comitê de Auditoria; (v) examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; e (vi) aprovar e revisar o Código de Conduta e as políticas da Companhia.

No âmbito do gerenciamento de riscos, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio, aprovado em reunião do Conselho da Administração realizada em 28 de junho de 2022, e está disponível para consulta no seguinte endereço: <https://www.compassbr.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-codigos-e-regimentos/>.

A área de Riscos e Controles Internos, subordinada à Diretoria Financeira, tem como responsabilidade, entre outras atribuições: (i) desenvolvimento das métricas e políticas de riscos; (ii) acompanhamento dos fatores de risco; (iii) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (iv) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (v) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (vi) disseminar a cultura de controles internos; (vii) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (viii) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; (x) mapear os riscos inerentes ao negócio; (ix) auxiliar na implantação de planos de ação.

A área de Auditoria Interna, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; (iii) executar procedimentos de avaliação da eficácia dos controles internos; (iv) mapear os riscos inerentes ao negócio; e (v) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de acompanhar e verificar a efetividade dos controles internos junto ao auditor externo. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

A Companhia entende que a correta identificação e gestão de riscos é um importante vetor de governança, e que as políticas de gerenciamento de riscos são suficientes para a devida avaliação e monitoramento da totalidade dos riscos a que está sujeita, incluindo dos riscos de mercado a serem avaliados e monitorados.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui em sua estrutura organizacional as áreas de Auditoria Interna, de Controles Internos, de Gestão de Riscos e Compliance que, dentre outras atribuições, são responsáveis pelo estabelecimento, pela manutenção e pela avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Em seu escopo funcional, as áreas supracitadas têm como principais atividades: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação às exigências de Controles Internos, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso ao sistema SAP; (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Presidente e do Diretor Financeiro da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros, conforme definido pela regra 13a15(f) sob a Lei de Valores Mobiliários da SEC de 1934, o *Securities Act of 1934*. Para avaliar a eficiência dos controles internos de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, a administração realizou uma avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando os critérios estabelecidos na estrutura integrada, *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“*COSO*”) – 2013. Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do “*COSO*” framework de 2013, não havendo nenhuma deficiência significativa com plano de ação pendente de implantação.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

5.2 Descrição dos controles internos

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por assessorar a administração sobre a seleção do auditor independente, revisar o escopo de auditoria, validar outros serviços permitidos prestados por nosso auditor independente e avaliar nossos controles internos de forma constante.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia – conta com o suporte da Diretoria de Transações Financeiras dos Serviços ao Negócio e Tecnologia (SN&Tech) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, tem a função de (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia ; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com

5.2 Descrição dos controles internos

previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

A área de Auditoria Interna, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; e (iii) executar procedimentos de avaliação da eficácia dos controles internos.

A área de Riscos, subordinada à Diretoria Financeira, tem como responsabilidade, entre outras atribuições: (i) desenvolvimento das métricas e políticas de riscos; (ii) mapeamento dos riscos inerentes ao negócio; (iii) análise, mensuração e priorização dos riscos; (iv) suporte ao dono do risco na definição de plano de ação mitigatório; (v) acompanhamento dos fatores de risco; (vi) apresentação dos fatores de risco do negócio em Comitê de Riscos; (vii) auxílio em novos negócios; (viii) reporte tempestivo dos resultados da gestão de riscos à Administração.

A área de Controles Internos, subordinada à Diretoria Financeira, tem como responsabilidade, entre outras atribuições: (i) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (ii) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (iii) disseminar a cultura de controles internos; (iv) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (v) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (vi) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; e (vii) auxiliar na implantação de planos de ação.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício, além de aprovar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e aos Gerentes envolvidos.

Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades da companhia e de suas subsidiárias que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo Internal Control Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") – 2013.

5.2 Descrição dos controles internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Nossos auditores externos independentes não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia no período supracitado

Adicionalmente, com base nas cartas de controles internos emitidas pelos auditores externos independentes, bem como na avaliação realizada pela Auditoria Interna, a Administração concluiu por não haver nenhuma deficiência significativa nos seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com plano de ação pendente de implantação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado na seção anterior, não foi identificado tanto pelos auditores externos independentes quanto pela Auditoria interna deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia, e também não há no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 deficiência significativa pendente de remediação.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia e suas subsidiárias adotam mecanismos e procedimentos internos de integridade para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública, que incluem os seus Códigos de Conduta e Políticas de Anticorrupção, Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Oferta e Recebimento de Brindes, Antitruste, Doações e Patrocínios, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Relacionamento com Órgãos Públicos, Antiassédio e Anticorrupção e Medidas Disciplinares.

O documento corporativo que reúne as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema é o Código de Conduta, divulgado no site da Companhia (www.compassbr.com/).

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 31 de agosto de 2020 e após atualização, aprovado no Conselho de Administração em 8 de novembro de 2023. O Código reflete os valores que norteiam os relacionamentos da Companhia e de suas subsidiárias com seus colaboradores, parceiros comerciais, fornecedores, clientes, acionistas e a comunidade em geral.

A companhia e suas subsidiárias possuem sistemas de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendem ser adequados aos seus portes, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

As Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.3 Programa de integridade

A estrutura organizacional é composta pelo Comitê de Ética que tem como finalidade criar um reporte sequenciado ao Comitê de Auditoria, no intuito de dar maior visibilidade ao Conselho de Administração da Companhia, acerca dos relatos de alta criticidade que versem sobre supostas infrações éticas e/ou atos de corrupção, fraudes e desvios tanto na Companhia como em suas subsidiárias.

As apurações de denúncias relacionadas a questões de ética e conduta são lideradas, de forma conjunta, pelas áreas de Compliance Jurídico da Companhia e Auditoria Interna, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Para auxiliar os reportes, a Companhia também utiliza as áreas de (i) Controles Internos, (ii) Auditoria Interna e (iii) Compliance, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos:

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança.

Auditoria Interna:

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

5.3 Programa de integridade

Compliance Jurídico:

- Aprovar as diretrizes e ações do Programa de Compliance da Companhia e de suas subsidiárias;
- Atuar nas questões relativas a Compliance relacionados ao Programa de Compliance.

Além disso, o Comitê Estratégico, Socioambiental e de Governança da Companhia é responsável por, entre outras atribuições, zelar pela (i) adoção e aprimoramento de boas práticas de conformidade e integridade pela Companhia e pela suas subsidiárias; (ii) pela efetividade e conformidade das políticas e documentos normativos da Companhia e de suas subsidiárias às exigências legais e regulatórias de seus negócios e atividades; e (iii) pela promoção da transparência na gestão de seus negócios, alinhada com aspectos Ambientais, Sociais e de Governança.

A Companhia e suas subsidiárias entendem que seus mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados aos seus portes, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes de governo.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, colaboradores (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros da Companhia e de suas subsidiárias. Dessa forma, todos os colaboradores das sociedades integrantes da Companhia, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Conduta ou das Políticas da Companhia poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo colaborador. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, e incluem: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão ou demissão com justa causa.

Caso as violações praticadas configurem crime, as autoridades competentes podem ser comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas.

5.3 Programa de integridade

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

A atual versão do Código de Conduta foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 8 de novembro de 2023, e pode ser consultado no website www.compassbr.com, bem como no website da CVM (cvm.gov.br).

- (b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:**

A companhia possui canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética, como é denominado na Cosan e estendido à Companhia e suas subsidiárias, é gerido por uma empresa terceirizada contratada com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável.

O Canal de Ética é uma importante ferramenta de comunicação para dúvidas, relatos de preocupação a respeito de condutas empresariais ilegais ou antiéticas, denúncias relativas a condutas inadequadas, discriminação, prática contábil questionável, violação a controles internos, auditoria, leis ou ao Código da Companhia.

- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por colaboradores quanto por terceiros, por meio do link: canaldeetica.com.br/cosan e pelo telefone: 0800-725-0039.

- (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética é gerido por uma empresa terceirizada, reconhecida internacionalmente, que garante o anonimato do denunciante e sigilo dos relatos. Os relatos são classificados e encaminhados à Companhia para o devido tratamento, com a utilização de sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia. Conforme expressamente instituído no item VI do seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

- (iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

As áreas de Compliance Jurídico e Auditoria Interna Corporativa da Companhia são responsáveis pela apuração de relatos recebidos e condução de investigações internas, sendo que, quando necessário, poderão ser envolvidos terceiros (empresas forenses, escritórios de advocacia, entre outros) para assessorar a apuração. O resultado das investigações será

5.3 Programa de integridade

reportado ao Comitê de Ética que, dentre outras atribuições, é responsável por recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta. A apuração de denúncias de infrações cometidas por administradores será realizada pelo Conselho de Administração, que deverá adotar as medidas cabíveis.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

N/A

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado neste item 5.3, a Companhia e suas subsidiárias possuem regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendem ser adequadas aos seus portes, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas nos principais riscos em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada conforme último exercício social, e eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.